



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

**REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO CAMARÁRIO
DO DIA 10 DE JULHO DE 2014**

HORA: 9H30

LOCAL: Câmara Municipal de Alijó

EXECUTIVO

PRESIDENTE: Eng.º Carlos Jorge Vilela da Rocha Magalhães

VEREADOR: Eng.º João Manuel Gouveia da Costa

VEREADOR: Dr. Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR: Eng.º José Rodrigues Paredes

VEREADOR: Dr. António Joaquim Fernandes

VEREADOR: Dr.ª Cristina Alexandra Martins Ribeiro Felgueiras

VEREADOR: Prof. Manuel Adérito Figueira

SECRETARIADO POR: Luís Filipe Maneta Carvalho

Contém _____ minutas aprovadas, nos termos do artigo 57º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, as quais se seguem e estão rubricadas pelos presentes a esta reunião.

PRESIDENTE: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____

VEREADOR: _____



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 14/2014

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 10 DE JULHO

O PRESIDENTE DA CÂMARA EM EXERCÍCIO: ENG.º JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VEREADORES PRESENTES: ENG.º JOÃO MANUEL GOUVEIA DA COSTA

DR. LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES

DR. ANTÓNIO JOAQUIM FERNANDES

PROF. MANUEL ADÉRITO FIGUEIRA

AUSENCIAS JUSTIFICADAS: ENG.º CARLOS JORGE VILELA DA ROCHA MAGALHÃES

DR.ª CRISTINA ALEXANDRA MARTINS RIBEIRO FELGUEIRAS

SECRETARIOU: LUÍS FILIPE MANETA CARVALHO

(CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA)

HORA DE ABERTURA: 9H30 HORAS

HORA DE ENCERRAMENTO: 12H30 HORAS

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICIPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

direito privado, e foi informado que na qualidade de vice-presidente não pode substituir o presidente da câmara, porque os estatutos assim não o permitem, situação com que ficou desagradado depois de confrontado com esta posição. Quem pertence à direção é o presidente da Câmara, Eng.º Carlos Jorge Magalhães, enquanto cidadão. Esta reunião tinha como objetivo primário a análise do plano de mobilidade desde a bacia hidrográfica até Mirandela, que foi o elo de ligação entre os 5 concelhos. Nesta reunião foi agendada uma nova reunião a realizar-se em Lisboa, para manifestar o desagrado junto do Sr. Ministro das Obras Públicas, sobre o plano de mobilidade. Informa que provavelmente não fará parte dessa reunião, uma vez que não tem direito a voto, nem pode representar o Município de Alijó na direção da ADRVT.

O Sr. Vereador Miguel Rodrigues disse que:

“- Relativamente às considerações aqui efetuadas pelo Sr. Vice-Presidente relativamente à Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua, penso que não lhe assiste razão, pois resulta claramente dos Estatutos da Associação que os membros da Direção são eleitos em Assembleia Geral, não ocupando esses lugares por inerência como autarcas.

O Município de Alijó é associado desta Instituição e tem assento, aí sim, na Assembleia-Geral. E é neste órgão – Assembleia-Geral – que são eleitos os membros da Direção. Os Estatutos também são claros, quando referem, no seu art. 18.º n.º 3, que *“qualquer membro da Direcção poderá fazer-se representar em qualquer reunião por outro membro do Direcção”*.

Deve ainda referir-se que o atual Presidente da Câmara aceitou ser eleito, neste mandato, para a Direção da ADRVT, aceitando portanto os seus Estatutos, que foram, aliás, aprovados por todos os associados, incluindo o Município de Alijó.

Vejo por isso com dificuldade, em função das considerações hoje aqui efetuadas, que o Presidente da Câmara tenha sido eleito para a Direção da ADRVT, ignorando os seus Estatutos e que só agora, decorridos 8 meses de mandato, tenham percebido que os



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

membros da Direção não a integram por qualquer inerência, mas sim por mandato próprio.

Esta circunstância, aliás, deveria fazê-los repensar as afirmações aqui efetuadas no início deste mandato, relativamente ao anterior Presidente da Câmara, no respeitante à Agência.

- Quanto à questão da Casa do Douro, fez bem a Câmara Municipal em disponibilizar um autocarro para ajudar no transporte de vitivinicultores para Lisboa, para participarem no protesto convocado pela Avidouro, pois esta é uma causa de todos nós.

Ainda nesta matéria da Proposta de Lei do Governo para alterar os estatutos da Casa do Douro, penso que não se trata aqui de uma solução, mas sim de encontrar o desfecho mais fácil para o problema em que vive a Casa do Douro. Como se sabe, o principal credor da Casa do Douro é o Estado. E o Governo, perante esta situação, o que propõe é acabar com a Casa do Douro (reduzindo-a a uma condição de irrelevância) e ficar-lhe com os vinhos. Será isto uma solução? Ainda, por cima, sem garantias para o futuro dos pequenos e médios produtores, sendo por isso legítimas e justificadas as suas reservas.

De resto, nesta matéria, todos os Governos anteriores são também responsáveis pelos problemas que se foram acumulando na Casa do Douro.

Ainda a este propósito, coloca-se aqui uma questão política: qual a posição do Executivo Permanente da Câmara de Alijó sobre esta proposta do Governo? Já na recente Assembleia Municipal, o Sr. Vice-Presidente referiu ser favorável a alguns aspetos desta Proposta e discordar de outros. Entretanto, a Câmara disponibilizou transporte para os vitivinicultores protestarem em Lisboa contra esta proposta. Interessa, por isso, saber qual a posição do Executivo Permanente.

Tanto mais que, no debate parlamentar ocorrido na Assembleia da República no passado dia 27 de junho, o Sr. deputado Pedro Pimentel, eleito pelo círculo de Vila Real, defendeu totalmente a proposta do Governo para a Casa do Douro. Ora, o Sr. deputado em causa é também presidente da comissão política do PSD de Alijó, o mesmo Partido e concelhia pelo qual foi eleito este Executivo Permanente. Afinal, em que ficamos?



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Ressalvo que, neste momento, ignoro o resultado da votação final previsto para o dia de hoje na Assembleia da República.

- Quero sublinhar a relevância desta data – 10 de julho de 2014 – pois hoje completam-se 500 anos sobre o Foral Manuelino. É uma data carregada de simbolismo, que nos convida a uma reflexão sobre a História deste território, o seu passado, o seu presente, mas sobretudo, o seu futuro.

Não posso, no entanto, deixar de lamentar que, havendo da parte deste Executivo a intenção de comemorar esta data, como resultou da última reunião de Câmara e da Assembleia Municipal, na data em questão, ou seja, hoje, não se faça rigorosamente nada para assinalar esta data. Nem sequer aproveitando a coincidência de nesta data se realizar a reunião de Câmara, a qual poderia até decorrer de uma outra forma, noutra local, para assinalar esta data. Mas nada foi feito, o que lamento.

- Queria aqui solicitar o acesso à documentação relativa à questão das licenças de realização de espetáculos no Auditório Municipal. A informação apresentada pelo Sr. Vice-Presidente na Assembleia Municipal não corresponde à informação que previamente aqui havia sido prestada pelo Presidente da Câmara.

Lamento que, apesar de essa questão ter sido aqui colocada em reunião de Câmara, a resposta não nos tenha sido dada nessa sede e com ela tenhamos sido confrontados de surpresa na Assembleia Municipal.

De acordo com essa resposta dada, constata-se que durante alguns meses, foram realizados já mesmo neste mandato espetáculos no Auditório sem que este tivesse licença para tal. Pergunto ainda, no decurso destes 8 meses de mandato, que diligências foram efetuadas para obter essa licença, ainda que a título provisório.

- Em relação à criação da equipa multidisciplinar para preparar os acordos de delegação de competência com as Juntas de Freguesia, já aqui referi que a Câmara está muito atrasada neste trabalho e que, se havia que constituir esta equipa, a mesma deveria ter sido criada há já bastante tempo.”



MUNICÍPIO DE
ALIJO

Deslumbrante Património Natural

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes disse que agradece a celeridade na informação que deu da participação da Associação de São Tiago de Vila Chã, nas actividades organizadas pelo Município, pois precisamos dela com urgência para entregar na Segurança Social. Dá os parabéns aos funcionários do departamento e a quem representa o pelouro, pelo empenho e sentido de colaboração. Considera que é assim que devem proceder, quer com esta instituição, ou outras de igual importância.

No que concerne ao anúncio da criação de uma comissão para prestar apoio às Juntas de freguesia, disse que só pode pecar por tardia, mas congratula-se com a mesma, e entende que devamos ser (todos) a pugnar, para que haja seriedade e empenhamento, de forma a contribuímos para melhorar as condições de vida dos cidadãos.

No que respeita à Agência Regional do Vale do Tua, lamenta que nas primeiras reuniões de Câmara, se tenha criticado o Dr. Artur Cascarejo por fazer parte da direcção da agência, com o argumento de já não ser presidente de Câmara, mas pelo que o Sr. Vice-Presidente acabou de informar, continuam a cometer o mesmo erro, aconselha a que leiam os estatutos, para não voltar a acontecer o que se passou agora, que passados 8 meses ainda têm dúvidas, que só nos fragiliza enquanto órgão autárquico.

Informa da sua tristeza, quando na semana anterior se deslocou à Divisão de Obras e Urbanismo para levantar um processo referente à construção do Lar de Idosos de Vila Chã, e o informaram de que não lho poderiam ceder porque a plotter não tinha tinteiro e que a solução passaria por levar o processo, fotocopiá-lo e entregá-lo novamente. Considera que esta atitude é contraproducente em qualquer organização, e referiu que - não se deve poupar nos tostões para gastar nos milhões -. Deixou esse reparo, porque ficou desagrado com a situação. Importa salientar, que registou com satisfação, a correcção, empenho e profissionalismo dos funcionários.

Refere ainda, que a Assembleia Municipal mais parece, ser o um palco, ou o palco de excelência, preferido pelo executivo permanente para comunicar o que devia ser informado nas reuniões da câmara municipal, e dá 3 exemplos: a situação do encerramento do Auditório Municipal, do Aeródromo da Chã e da iluminação pública;



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

são alguns dos exemplos de questões levantadas na reunião de Câmara e prontamente respondidas na Assembleia Municipal. Alega-se, que se tem cuidado com o que se quer economizar, mas, no terreno, o que se vê é diferente, porque continuam constantemente a ser ligadas lâmpadas para satisfazer egos ou vaidades, sem que revelem preocupação com qualquer critério económico. Não acredita que o Sr. Vice-Presidente não saiba que se ligaram essas lâmpadas, e se não sabe ainda é pior, porque demonstra falta de coordenação nos serviços que tutela.

Quanto à situação do Aeródromo, o Sr. Vice-Presidente disse na Assembleia Municipal, que ia fazer a limpeza junto à rede e até repor a água no reservatório para mais facilmente acudir aos incêndios. Até aí tudo bem. Agora, o que não é correto, até por uma questão de justiça, é omitir que o assunto já tinha sido debatido e ficado decidido avançar para a sua execução na última reunião de Câmara. Importa lembrar, que as informações, assim como as decisões, devem ser primeiro tomadas com os vereadores, nas reuniões de Câmara e depois seguem para a Assembleia Municipal ou respectivos departamentos.

Relativamente ao Auditório Municipal, lamenta que os documentos, solicitados em reunião de Câmara, não foram fornecidos, e dessa forma omitida a verdadeira informação e tenham, depois aparecido, “por magia” e triunfantemente na Assembleia Municipal. Considera que não ficou bem a forma como foi feito. “Se queriam fazer um bonito, na sua opinião, não foi conseguido”. Parece-lhe, que estas coisas, de diminuir os outros... por norma, até tendem a correr mal, e quando correm mal, não é bom para ninguém. Desconhecia, de todo, que o auditório não tinha licenciamento para organizar espectáculos. Contudo, ficou agora a saber 2 coisas: a primeira, é que este executivo, manteve o auditório aberto, ou seja a proporcionar espectáculos durante 8 meses, sem as respectivas Licenças, o que é grave, particularmente para quem acha que nunca se engana; e a segunda é, que se pode concluir que, o encerramento do auditório se deveu ao facto de não haver licenciamento, e não à tão propalada falta de segurança.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Disse ainda, lamentar que o Sr. Presidente da Comissão Política do PSD, partido que suporta o executivo da Câmara Municipal, adote uma posição que não vai de encontro à defesa dos direitos dos vitivinicultores durienses. Preocupa-o que este governo dê a entender que sabe trabalhar com a “guilhotina”, ou seja, uma “morte sentenciada”. “Sabemos que este governo, propõe acabar com o estatuto de utilidade Pública da Casa do Douro, que quer retirar a obrigatoriedade dos agricultores se associarem nesta instituição e passarem a aderir a quem entenderem, já para não falar do cadastro da vinha, sendo que, e por último, o governo, ainda lhe vai ficar com o activo do “vinho histórico” no valor de 160 milhões de euros para se ressarcir da dívida”.

Questiona como está o processo da massa asfáltica, pois até agora, ainda não viu as estradas reparadas com o referido alcatrão. Chama a atenção para a estrada Santa Eugénia – Martim, informando que do lado de lá da ponte (concelho de Murça) está tudo limpo, do lado de cá (concelho de Alijó) abunda a vegetação, muita erva e muitas giestas inclinadas para o alcatrão.

Pergunta ainda como está a questão da atribuição dos subsídios às associações, particularmente (as IPSS) que têm obras a decorrer, logo com compromissos assumidos para cumprir. Como a câmara não tem prestado qualquer informação sobre esse assunto, e como sabemos que há verba no plano e orçamento 2014, supõem-se que haverá condições para poder assumir o estabelecido com as referidas instituições.

O Sr. Presidente da Câmara em exercício disse, quanto à Casa do Douro, que em certos aspetos discorda da posição de outros colegas, mas defende aquilo que todos os concelhos defendam. O Município de Alijó assinou sem reservas a posição da CIM Douro. O governo não estará disposto a libertar os 160 milhões de dívida, pelo que a venda dos vinhos será o ativo com maior liquidez. No entanto terão que o mandar para o mercado faseadamente, ao longo de 7 anos ou mais, pois têm que ficar com vinhos históricos. Já se discorda desta posição, quando deixamos de ter uma associação de direito público e passamos a ter uma associação de direito privado, de inscrição facultativa.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

Esta é a posição da CIM Douro e do Município de Alijó.

Relativamente ao Auditório, “hão-de dar-me o benefício da dúvida, por também tentar adivinhar a espontaneidade de alguns deputados municipais. Não sabia ao certo o mês em que caducou a licença.” Sabe que em 2010 uma comissão produziu um relatório, que em 2007 haviam feito também um relatório, e que entre 2007 e 2010 nada tinha sido feito para reparar as falhas apresentadas. Não referiu isso na Assembleia Municipal, respondeu apenas ao que lhe foi questionado relativamente á caducidade da licença.

Relativamente aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia, só Vila Chã e Vila Verde é que apresentaram as listagens. Esta comissão foi criada porque mais nenhuma junta apresentou a documentação, e esse trabalho terá que estar pronto para ser apresentado em sessão da Assembleia Municipal no mês de setembro.

No que concerne ao processo de obras referido pelo Sr. Vereador António Fernandes, disse que há papel e a plotter está a funcionar, não entendeu bem o que referiu mas vai averiguar.

Quanto às lâmpadas de iluminação pública disse que o fundo da questão é poupar e não ligar mais lâmpadas do que aquelas que se desligam. O critério é esse e já várias vezes foi aqui explicado.

No que se refere à massa asfáltica, a mesma está a ser colocada, chegara mais e é intenção da Câmara que esses trabalhos sejam concluídos com a maior brevidade possível. Contudo, e aproximando-se as festividades no concelho, este processo atrasará um pouco, uma vez que os trabalhadores terão que efetuar a montagem de palcos e barracas.

O Sr. Vereador António Joaquim Fernandes questiona sobre o ponto da situação do gabinete para os vereadores da oposição e se já lhe sabe dizer qual é a sala. Foi uma questão colocada há 3 semanas e ainda não obteve qualquer resposta.



MUNICÍPIO DE
ALIJÓ

Deslumbrante Património Natural

2.2 Presente a informação n.º 50, propondo abertura do Concurso para concessão de lojas comerciais existentes no Mercado Municipal, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberado, por unanimidade, concordar com a abertura do referido concurso. Mais foi deliberado aprovar o programa do concurso

3. DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

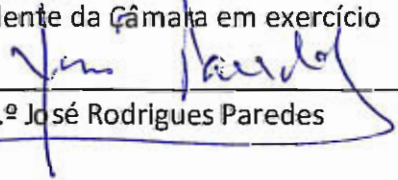
3.1 Presente informação DDSCED/HAS/2014/21 referente a apoio a vítimas de catástrofe natural – Pinhão, nomeadamente na atribuição de um apoio no valor de 714,60€, para aquisição de eletrodomésticos, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Deliberada, por unanimidade, concordar com a informação e aprovar a atribuição do referido apoio, adquirindo os equipamentos propostos.

APROVAÇÃO DA ATA

Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 24/07/2014, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57º da Lei nº 75/2012, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara em exercício, e por mim Chefe da Divisão Administrativa e Financeira.

O Presidente da Câmara em exercício



Eng.º José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão Administrativa e Financeira



Dr. Luís Filipe Marjeta Carvalho